



A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE E A URGÊNCIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Andreia Alves Pereira¹

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a educação pública brasileira tem sido marcada por reformas que impõem controle, avaliações padronizadas e responsabilização docente, refletindo a redução de investimentos, a precarização do trabalho e a influência crescente da iniciativa privada. Nesse contexto, a educação sexual, como política pública essencial para a prevenção e enfrentamento da violência, depara-se com desafios para a sua efetivação, apesar de seu papel fundamental na formação crítica e na proteção de crianças e adolescentes.

Considerando essa relevância, é imperativo reconhecer os impactos da violência. Segundo Azevedo e Guerra (1997), crianças vítimas de abuso podem manifestar medo de ir à escola, evitar o contato físico, desenvolver fobias, isolamento, tristeza, agressividade e desconfiança, além de apresentarem dificuldades na aprendizagem escolar. Por isso, torna-se fundamental que a escola identifique rapidamente esses sinais, garantindo um encaminhamento ágil a especialistas. Estes profissionais, por sua vez, devem atuar em parceria com o professor, a fim de tratar os impactos emocionais e as dificuldades de aprendizagem decorrentes.

A crítica ao modelo neoliberal de educação, abordada por autores como Apple (1989) e Ball (2014), destaca que as políticas neoliberais promovem a precarização do trabalho docente. Essa precarização, por sua vez, compromete a capacidade da educação de enfrentar injustiças e desigualdades sociais. Nesse sentido, a escola deve atuar de forma complementar à família, oferecendo

¹ Mestranda em Educação Sexual, (UNESP), Araraquara. Professora de arte no município de Ribeirão Preto. SP. E-mail: andreia.pereira@unesp.br.

conhecimentos científicos e organizados sobre os cuidados com o corpo (Braga, 2002; Figueiró, 2006; Ribeiro, 1990). Entretanto, para que essa prática seja eficaz, os educadores precisam de preparo e de respaldo das políticas públicas.

METODOLOGIA

A metodologia deste estudo é uma análise bibliográfica crítica, fundamentada em autores como Apple (1989), Ball (2014), Braga (2002), Figueiró (2006) e Ribeiro, (1990). Com base nesses referenciais, buscamos compreender como as políticas neoliberais precarizam o trabalho docente, o que compromete a função social da escola e, conseqüentemente, a implementação da educação sexual como política pública dentro do ambiente escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise bibliográfica mostrou que as reformas neoliberais na educação brasileira têm precarizado o trabalho docente e ampliado a atuação da iniciativa privada. Como consequência da implementação de políticas de responsabilização e testes padronizados, o resultado evidente é a desvalorização da profissão e a deterioração da função social da escola.

Os autores analisados, portanto, convergem na crítica a esse modelo tecnicista e produtivista, pois ele compromete a dimensão crítica da educação e afeta diretamente a atuação do professor. Identificou-se que, justamente nesse contexto de fragilidade institucional, as políticas públicas voltadas para a educação sexual encontram dificuldades significativas de implementação e sustentação.

Os resultados obtidos possibilitam a reflexão sobre a contradição entre a sobrecarga de responsabilidades atribuídas aos professores e a ausência de condições materiais adequadas para o exercício profissional. A responsabilização docente, por meio de indicadores e avaliações externas, não considera os fatores estruturais que limitam a ação pedagógica, como os baixos salários, jornadas

excessivas, ausência de formação continuada e falta de apoio institucional. Segundo Maia e Ribeiro (2011), essa prática deve ser compreendida como uma estratégia essencial de proteção e promoção de direitos, e não como uma ameaça à moralidade.

A literatura também revela que a precarização do trabalho docente não é acidental, mas faz parte de um projeto político que visa ao enfraquecimento da escola pública, conforme destaca Dourado (2016). Essa situação interfere diretamente na capacidade da escola de assumir seu papel social de enfrentamento das violências contra a comunidade escolar.

Dessa forma, discutir a educação sexual nas escolas exige, necessariamente, discutir a valorização do professor. Como afirma Saviani (2007), não é possível falar em qualidade educacional sem garantir condições dignas de trabalho. É importante ressaltar que a valorização docente não se limita a salários, mas inclui a autonomia pedagógica, a formação continuada e o reconhecimento social da importância da profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente análise evidencia que a precarização do trabalho docente no Brasil está diretamente relacionada às reformas educacionais de viés neoliberal, as quais priorizam a lógica de mercado. A imposição de avaliações padronizadas, a terceirização de serviços e a transferência de responsabilidades para o setor privado são fatores que contribuem para o fim da autonomia docente e o enfraquecimento da educação como um instrumento de transformação social.

Nesse contexto, a implementação de políticas públicas de educação sexual enfrenta sérios obstáculos, visto que essa prática exige uma estrutura educacional sólida, professores valorizados e formação continuada. Afinal, a educação sexual, enquanto prática pedagógica emancipadora, é fundamental para a promoção da saúde, da equidade de gênero e da proteção da infância diante dos altos índices de violência sexual no país.

Portanto, reafirmamos a importância de políticas educacionais que garantam financiamento adequado, formação permanente, condições de trabalho dignas e respaldo institucional aos profissionais da educação. Isso ocorre porque, sem a valorização efetiva do professor, a escola pública perde sua capacidade de acolher, orientar e proteger seus estudantes.

REFERÊNCIAS

APPLE, M. W. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. **A violência doméstica na infância e na adolescência**. São Paulo: Robe Editorial, 1995.

BALL, S. J. **Educação Global S. A.:** novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BRAGA, E. R. M. **Sexualidade Infantil:** uma investigação acerca da concepção das educadoras de uma creche universitária sobre educação sexual. 2002. 195 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2002. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/97676>. Acesso em: 25 out. 2025.

DOURADO, L. F. Valorização dos profissionais da educação: desafios para garantir conquistas da democracia. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 10, n. 18, p. 251–264, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/649>. Acesso em: 25 out. 2025.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Formação de professores sexuais:** adiar não é mais possível. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

MAIA, A. C. B.; RIBEIRO, P. R. M. Educação sexual: princípios para ação. **Doxa: Revista Paulista de Psicologia e Educação**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 41-51, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/4adde114-3eaa-4f15-9b01-e777cc052ada>. Acesso em: 25 out. 2025.

RIBEIRO, P. R. M. **Educação Sexual além da Informação**. São Paulo: EPU, 1990.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.